

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

FABRÍCIA DA CONCEIÇÃO COELHO SOUZA

“A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER”

Convergências entre Carolina Maria de Jesus e Paulo Freire

**MARIANA-MG
2020**

FABRÍCIA DA CONCEIÇÃO COELHO SOUZA

**“A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER”: convergências entre Carolina Maria de
Jesus e Paulo Freire**

**Trabalho de conclusão de Curso - TCC apresentado à Disciplina
Monografia - EDU 381 sob responsabilidade do prof. Erisvaldo Pereira
dos Santos como exigência parcial para obtenção do Título de Graduação
em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.**

Orientação: Profa. Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva

MARIANA-MG

2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S729" Souza, Fabricia da Conceição Coelho.
"A importância do ato de ler" [manuscrito]: convergências entre
Carolina Maria de Jesus e Paulo Freire. / Fabricia da Conceição Coelho
Souza. - 2020.

54 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues
SILVA.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Cidadania. 2. Classe popular. 3. Leitura. 4. Análise do discurso. I.
SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues . II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 81'42

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabília da Conceição Coelho Souza

“A importância do ato de ler”: Convergências entre Carolina Maria de Jesus e Paulo Freire

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia

Orientação: Profa. Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva

Aprovada em 01 de dezembro de 2020

Profa. Dra. Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 18/01/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/05/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0169094** e o código CRC **083B6998**.

AGRADECIMENTOS

AOS MEUS PAIS, AOS AMIGOS,

***AO MEU MARIDO ALEXANDRE POR TER ME AJUDADO
TANTO NESTA ETAPA. AGRADEÇO, A TODOS
PROFESSORES QUE ACOMPANHARAM MINHA JORNADA
ENQUANTO UNIVERSITÁRIA, POR ME INSPIRAR E
INCENTIVAR MINHA CAMINHADA DENTRO DA
UNIVERSIDADE. AGRADEÇO, A PACIÊNCIA E
DEDICAÇÃO DA MINHA ORIENTADORA PROFA. DRA.
FERNANDA APARECIDA OLIVEIRA RODRIGUES SILVA,
A QUEM DEDICO MEU CARINHO E GRATIDÃO POR
TANTO APRENDIZADO.***

***DEDICO AOS MEUS FILHOS ALEX E ELISA COM TODO
AMOR QUE HÁ EM MIM.***

***“NÃO SEI DORMIR SEM LER. GOSTO DE
MANUSEAR UM LIVRO. O LIVRO É A MELHOR
INVENÇÃO DO HOMEM”.***

(CAROLINA MARIA DE JESUS)

LISTA DE FIGURA

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: Pessoas que frequentam ensino superior (2018) | 18 |
| FIGURA 2: Taxa de conclusão do ensino médio (pessoas de 20 a 22 anos), 2018 | 18 |
| FIGURA 3: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 ou mais (2016 a 2018) | 19 |
| FIGURA 4: Evolução da Urbanização no Brasil 1940 – 2000 | 22 |
| FIGURA 5: Carolina na favela de Canindé localizada a margem do rio Tietê | 27 |
| FIGURA 6: Alguns dos problemas dentro da favela de Canindé (Rio Tietê em 1955) | 27 |
| FIGURA 7: Taxas de Analfabetismo da População de 15 anos e mais - São Paulo (2010) | 30 |
| FIGURA 8: Carolina e seus livros em que lia em seu barraco na favela de Canindé | 35 |
| FIGURA 9: Imagem da notícia no jornal “O Estadão S. Paulo 25/9/1960 | 36 |
| Figura 10: Imagem da homenagem do <i>Doodle</i> (Google) no ano em que Carolina completaria 105 anos | 38 |
| Figura 11: Registro como escritora favelada | 48 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| TABELA 1: População Rural e Urbana 1940 – 2000 | 21 |
| TABELA 2: Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras (IBGE) - 1940 a 2010 | 23 |
| TABELA 3: Evolução do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais - 1920/2000 | 29 |
| TABELA 4: Alfabetização da população de 15 anos ou mais – 2017 | 30 |

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - ANÁLISE DO DISCURSO

CEB - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MG - MINAS GERAIS

PCN - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

PRACE - PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

SP - SÃO PAULO

UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RESUMO

CAROLINA MARIA DE JESUS (1914 -1977) É AUTORA DO LIVRO “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA” (1960). SEUS ESCRITOS ESTÃO RELACIONADOS A UM COTIDIANO DENTRO DO CONTEXTO DE MILHARES DE BRASILEIROS. AS SITUAÇÕES DESCRITAS EM SEUS RELATOS EM FORMA DE DIÁRIO ABRANGEM A REALIDADE DOS QUE VIVEM NAS FAVELAS “A FAVELA É O QUARTO DE DESPEJO. E AS AUTORIDADES IGNORAM QUE TEM O QUARTO DE DESPEJO” (JESUS,2014, P.107), E DOS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÕES DE VIVÊNCIAS PRECÁRIAS. OS RESULTADOS DISSO É À FOME, A FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO, AS CONDIÇÕES DE ACESSO À MORADIA E EDUCAÇÃO, POR EXEMPLO. RESULTANTE DE UM PROBLEMA SOCIAL QUE ESBARRA NAS DISCUSSÕES QUE TANGEM O COTIDIANO DAS MULHERES, DA POPULAÇÃO NEGRA, DOS TRABALHADORES E QUE SE REFLETEM NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS. REFLEXÕES ESTAS TAMBÉM NAS BARREIRAS E NA PERMANÊNCIA ESCOLAR ENCONTRADAS PELOS MAIS POBRES. O ESTUDO FOI QUALITATIVO. AS OBRAS FORAM ANALISADAS PELA ANÁLISE DO DISCURSO, SEGUNDO BARDIN (2011), E ENVOLVEM UMA ANÁLISE MAIS AMPLA NO UNIVERSO DE UM DETERMINADO TEMA. BUSCOU-SE AS CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES COMO MARCUS VINÍCIUS FONSECA (2009, 2016), NILMA LINO GOMES (2002), PETRONÍLIA SILVA (1998, 2006), MILTON SANTOS (1993), JOSÉ RUBENS JARDILINO (2014), EDGAR MORIN (2001), JAQUELINE VENTURA (2001), SILVANI VALENTIM (2018) E ERMÍNIA MARICATO (2001, 2003). TRATAMOS AQUI DE QUESTÕES HISTÓRICAS E FIZEMOS A CONEXÃO COM A TRAJETÓRIA DE VIDA E A TRAJETÓRIA DE LEITURA DE CAROLINA DE JESUS. QUANDO CAROLINA E FREIRE SE ENCONTRAM? UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E O DE CAROLINA MARIA DE JESUS, MOSTRA QUE HÁ CONVERGÊNCIAS ENTRE ELAS COMO: ANALFABETISMO COM CONDIÇÃO SOCIAL BRASILEIRA; EDUCAÇÃO DAS CLASSES POPULARES; LEITURA E LEITURA DE MUNDO E SITUAÇÕES DE OPRESSÃO: MARCAS DO COTIDIANO. É O QUE BUSCO RESPONDER NESTE TRABALHO. SÃO QUESTÕES DE EXTREMA RELEVÂNCIA MUITO ATUAL PARA ÂMBITO EDUCACIONAL E SOCIAL.

PALAVRAS-CHAVE: LEITURA DE MUNDO; CIDADANIA; EDUCAÇÃO DAS CLASSES POPULARES, POLÍTICA; OPRESSOR X OPRIMIDO.

ABSTRACT

CAROLINA MARIA DE JESUS (1914 -1977) IS THE AUTHOR OF THE BOOK "QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA" (1960). HER WRITINGS ARE RELATED TO A DAILY LIFE WITHIN THE CONTEXT OF THOUSANDS OF BRAZILIANS. THE SITUATIONS DESCRIBED IN HER DIARY ACCOUNTS COVER THE REALITY OF THOSE LIVING IN THE FAVELAS "THE FAVELA IS THE EVICTION ROOM. AND THE AUTHORITIES IGNORE THAT IT HAS THE EVICTION ROOM" (JESUS, 2014, P.107), AND OF THOSE WHO FIND THEMSELVES IN SITUATIONS OF PRECARIOUS LIVING. THE RESULTS OF THIS ARE HUNGER, LACK OF BASIC SANITATION, CONDITIONS OF ACCESS TO HOUSING AND EDUCATION, FOR EXAMPLE. THIS IS THE RESULT OF A SOCIAL PROBLEM THAT COMES UP IN DISCUSSIONS THAT TOUCH ON THE DAILY LIVES OF WOMEN, BLACK PEOPLE, AND WORKERS AND THAT IS REFLECTED IN THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS. THESE REFLECTIONS ARE ALSO REFLECTED IN THE BARRIERS AND SCHOOLING ENCOUNTERED BY THE POOREST. THE STUDY WAS QUALITATIVE. THE WORKS WERE ANALYZED BY DISCOURSE ANALYSIS, ACCORDING TO BARDIN (2011), AND INVOLVE A BROADER ANALYSIS IN THE UNIVERSE OF A GIVEN THEME. WE SOUGHT CONTRIBUTIONS FROM AUTHORS SUCH AS MARCUS VINÍCIUS FONSECA (2009, 2016), NILMA LINO GOMES (2002), PETRONÍLIA SILVA (1998, 2006), MILTON SANTOS (1993), JOSÉ RUBENS JARDILINO (2014), EDGAR MORIN (2001), JAQUELINE VENTURA (2001), SILVANI VALENTIM (2018) AND ERMÍNIA MARICATO (2001, 2003). HERE WE DEAL WITH HISTORICAL ISSUES AND MADE THE CONNECTION WITH THE LIFE TRAJECTORY AND THE READING TRAJECTORY OF CAROLINA DE JESUS. WHEN DO CAROLINA AND FREIRE MEET? A DIALOGUE BETWEEN THE THOUGHTS OF PAULO FREIRE AND CAROLINA MARIA DE JESUS SHOWS THAT THERE ARE CONVERGENCES BETWEEN THEM SUCH AS: ILLITERACY WITH A BRAZILIAN SOCIAL CONDITION; EDUCATION OF THE POPULAR CLASSES; READING AND READING OF THE WORLD AND SITUATIONS OF OPPRESSION: MARKS OF EVERYDAY LIFE. THIS IS WHAT I SEEK TO ANSWER IN THIS WORK. THESE ARE QUESTIONS OF EXTREME RELEVANCE VERY CURRENT FOR EDUCATIONAL AND SOCIAL SCOPE.

KEY WORDS: WORLD READING; CITIZENSHIP; POPULAR EDUCATION, POLITICS; OPPRESSOR X OPPRESSED.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - RAZÕES DE SER E ESTAR NO MUNDO

..... 14

CAPÍTULO I - O Brasil de Carolina de Jesus 17

1.1 Escolarização no Brasil de Carolina17

1.2 Alguns dados sobre urbanização no começo do séc XX: a sociologia das Carolinas

..... 21

1.3 A escolarização das Carolinas no Brasil.....27

CAPÍTULO II - As obras: breve apresentação.....34

2.1 “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus

.....34

2.2 “Importância do ato de ler...” de Paulo Freire

.....38

2.2.1 “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire

..... 40

CAPÍTULO III - Diálogos entre Carolina de Jesus e Paulo Freire: a importância do ato de ler

.....41

3.1 Convergências entre Carolina de Jesus e Paulo Freire

.....41

3.1.1 Analfabetismo como condição social brasileira

| | |
|--|----|
| | 42 |
| 3.1.2 Educação das classes populares: direito de ser e sonhar | |
| | 43 |
| 3.1.3 Leitura e leitura de mundo - duas faces da mesma moeda | |
| | 45 |
| 3.1.4 Situações de opressão: marcas do cotidiano | |
| | 47 |
| CONCLUSÃO | 50 |
| REFERÊNCIAS | 51 |

INTRODUÇÃO

RAZÕES DE SER E ESTAR NO MUNDO

Nasci em 1980. Sou a segunda de três irmãos. Meus pais frequentaram a escola por apenas quatro anos, pois as condições econômicas não permitiram que continuassem os estudos. Dois dos meus irmãos concluíram o Ensino Médio. Minha irmã cursou até a 5ª série e se debruçava em poemas, poesias e fazia composições para ilustrar seus sentimentos e questionamentos sobre o que se passava na sua vida e ao redor do mundo. Entrei na escola aos cinco anos de idade. Na sétima série, já trabalhava. Conciliei os estudos com o trabalho até o final do Ensino Médio.

Após algumas tentativas frustradas de ingressar na universidade, desisti e dediquei apenas ao trabalho. Precisava ajudar na renda familiar. O sonho de cursar a universidade foi adiado mais uma vez. Vinte anos depois de concluir o Ensino Médio. Em 2015, já casada, com um filho, desempregada e grávida do segundo, consegui finalmente ser aprovada na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para conseguir me manter na universidade, no curso de Pedagogia, a Bolsa Permanência¹ foi fundamental. Estar na universidade tem me possibilitado trilhar caminhos que meus pais e meus irmãos não puderam experimentar.

Agora terminando o curso, a escolha do tema surgiu durante o curso de Pedagogia, em especial nas disciplinas da EJA e Estágios Supervisionados, nas quais os encontros de relatos de trajetórias de vida de alunos e professores me instigaram. Nos estágios foram recorrentes relatos de alguns alunos em relação às dificuldades no que diz respeito ao acesso e à permanência nos espaços escolares, desde o nível fundamental ao superior, das quais me identifiquei em algumas trajetórias.

Ao trazer minha trajetória de vida, trago também à trajetória de milhões de brasileiros e brasileiras, sobretudo, das classes pobres, que historicamente têm encontrado inúmeras barreiras no que diz respeito ao frequentar a escola desde o nível fundamental até o superior.

¹ A Bolsa Permanência possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder aos estudantes *suporte financeiro* para sua permanência no curso de graduação. Por meio da Pró-reitora Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), cujas condições socioeconômicas desfavoráveis apresentam-se como impedimento para a permanência na Instituição e obtenção de desempenho acadêmico satisfatório. Fonte: PRACE, Ufop - *Avaliação Socioeconômica*. Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: < <http://www.prace.ufop.br/assistencia-estudantil/avaliacao-socioeconomica> >. Acesso em: 5 Nov de 2019. Ver www.prace@ufop.edu.br

Com a escritora Carolina Maria de Jesus não foi diferente. Considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do país, Carolina nasceu em Sacramento, no interior de Minas Gerais, em março de 1914. Filha de uma lavadeira analfabeta que aos sete anos ingressou no Colégio Espírita Allan Kardec onde cursou a primeira e segunda séries do antigo primário. Apesar de pouco tempo na escola, Carolina logo desenvolveu o gosto pela leitura e pela escrita. Na década de 1940 mudou-se com os três filhos para São Paulo, residindo na favela do Canindé, que ficava na região central da cidade.

Em 1960, com o auxílio do jornalista Audálio Dantas², os cadernos em que registrava o cotidiano marcado pela fome, pela pobreza e pela miséria foram transformados em livro, dentre eles, o mais famoso é intitulado *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada. Nas primeiras páginas, Carolina escreveu: “Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2014, p. 20).

O livro fez um enorme sucesso e chegou a ser traduzido em quatorze línguas. Quase sessenta anos após a primeira edição, *Quarto de despejo* permanece na lista dos mais vendidos do país (BARCELLOS, 2015)³. Além dos leitores e leitoras ávidos, a escrita fascinante de Carolina tem despertado o interesse de estudiosos de várias áreas de conhecimento, inclusive da Educação. Nesse sentido, a presente proposta de estudo tem como objetivo perceber de que maneira os aspectos que aparecem no livro de Carolina Maria de Jesus vão de encontro às reflexões de Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1968) e Importância do Ato de Ler (1989) com relação à leitura e à escrita.

²Audálio Ferreira Dantas nasceu em Tanque d'Arca (AL) no dia 8 de julho de 1929. Filho de pequenos comerciantes transferiu-se em 1936 para São Paulo, onde trabalhou, aos 15 anos, como balconista de padaria. Iniciou sua carreira de jornalista aos 21 anos, trabalhando no laboratório fotográfico da *Folha de São Paulo*, sendo logo transferido para a redação, e mais tarde nas revistas *O Cruzeiro*, *Quatro Rodas* e *Realidade*, já nos anos 1960. Audálio conheceu Carolina e seus cadernos no final dos anos de 1950 quando fazia uma reportagem na favela do Canindé. Fonte: Fundação Getúlio Vargas • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Disponível em :<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/audalio-ferreira-dantas>.

³ Sérgio Barcellos organizou e publicou em 2015 *Vida por escrito*: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus, pela editora Bertolucci, conterrânea da autora mineira. O guia é resultado de um projeto maior: Vida por escrito: Organização, classificação e preparação do inventário de arquivo de Carolina Maria de Jesus, iniciado em 2013 pelo professor e pesquisador com financiamento do Edital Prêmio Funarte de Arte Negra (...) são valiosos instrumentos de pesquisa que mapeiam e descrevem o acervo disponível da escritora em seus locais de guarda. Fonte: literafro - O portal da literatura Afro-Brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ensaio/10-maria-carolina-de-jesus-vida-por-escrito>.

Paulo Reglus Neves Freire, conhecido no Brasil e no exterior apenas como Paulo Freire, nasceu em Recife, PE, em 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire (GADOTTI, 2001). Para tanto, estabeleceremos um diálogo entre o diário da escritora mineira e Paulo Freire. O educador pernambucano nos auxilia uma vez que:

A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. (FREIRE, 1989, p. 7).

Ainda que o direito de frequentar a escola tenha sido negado à Carolina Maria de Jesus, é evidente que mesmo pouco tempo de estudo, ela conseguiu não só ler o mundo, mas registrar em palavras a realidade que estava à sua volta. Por meio dessa realidade, Carolina nos dá ferramentas para compreendermos o contexto social e político no qual estava inserida, como também refletirmos sobre suas contribuições para os estudos do campo da educação. Sobre a importância do ato de ler, Carolina escreveu:

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde sono começa pensar nas misérias que nos rodeia (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS,2014,p.58).

Desse modo, a presente proposta de pesquisa busca apresentar Carolina Maria de Jesus não somente como a escritora cujos livros já foram vendidos em mais de 60 países, o que faz dela uma das escritoras mais importantes do Brasil, como também apresentar suas contribuições para o entendimento da importância da educação, sobretudo, para os sujeitos negros e pobres.

Dessa forma, trazer estes títulos do trabalho é perceber de que modo a autora apresenta em seu livro mais famoso, *Quarto de despejo*, o significado da leitura e compreendendo o impacto da leitura na própria vida. Interessa também refletir sobre o processo de negação do direito ao saber, à leitura para as classes populares, oprimidas, aculturadas, o analfabetismo, à escolarização da população excluída dos direitos sociais. Por fim, estabelecer um diálogo entre o pensamento de Paulo Freire e o de Carolina Maria de Jesus no que diz respeito às convergências entre eles no tocante à leitura e à escrita.

No capítulo I apresentam-se *O Brasil de Carolina de Jesus.*; no capítulo II *As obras: breve apresentação* e no terceiro capítulo *Diálogos entre Carolina de Jesus e Paulo Freire e as conclusões.*

CAPÍTULO I

O BRASIL DE CAROLINA DE JESUS

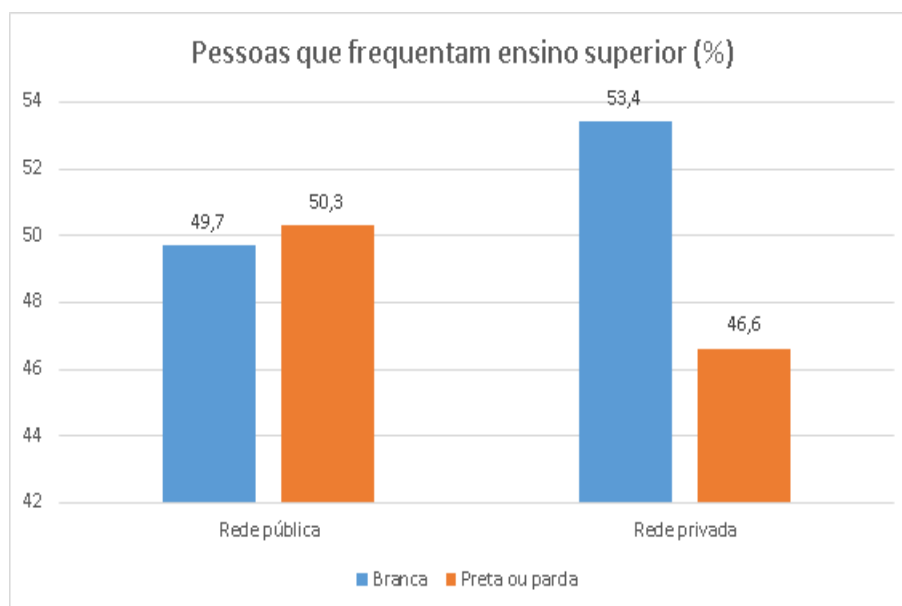
“(…) O BRASIL PRECISA SER DIRIGIDO POR UMA
PESSOA QUE JÁ PASSOU FOME. A FOME TAMBÉM É
PROFESSORA. QUEM PASSA FOME APRENDE A PENSAR NO
PRÓXIMO, E NAS CRIANÇAS” (JESUS, 2014, P. 29).

1.1 Escolarização no Brasil de Carolina

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), entre 2007 e 2015, o percentual de não-alfabetizados entre pessoas de 15 anos ou mais era de 7%. Ainda segundo o IBGE, em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. É sabido que desde os primeiros anos da República, vários foram os programas e projetos que buscavam erradicar o analfabetismo e as barreiras encontradas pelos mais pobres para o acesso nas instituições de ensino (VENTURA, 2001). É sabido também que essas políticas têm falhado em grande medida, sobretudo no que diz respeito à população negra (VALENTIM; ASSIS, 2018).

Percorrendo alguns dados estatísticos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nota-se que cerca de 50,3% corresponde a uma média de pessoas declaradas como pretas ou pardas no ensino superior e na faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual representa 50,8% da população brasileira (IBGE, 2018), ou seja, apresenta-se um pequeno aumento de pretos e pardos nas instituições de ensino superior da rede pública.

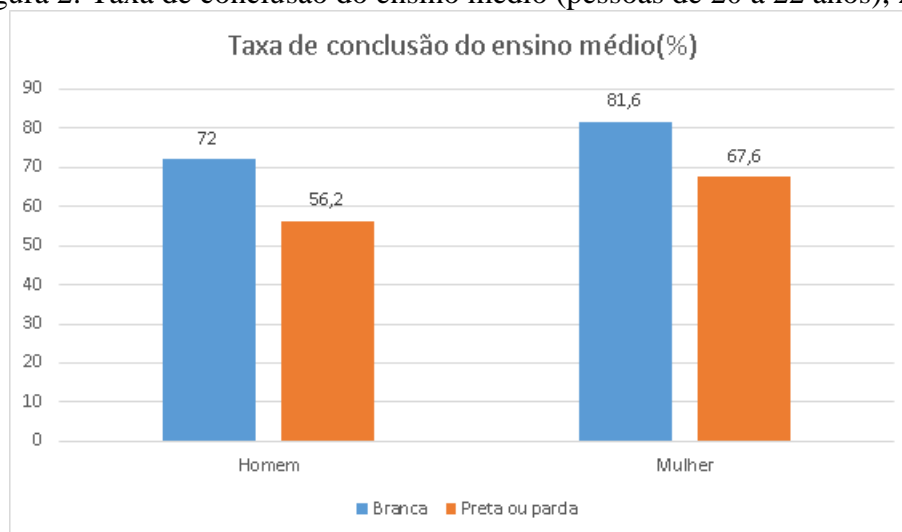
Figura 1: Pessoas que frequentam ensino superior (%), 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Pode se dizer que os três grupos (brancos, pretos e pardos) representam a totalidade de 99% do total de moradores no país. Cerca de 35,4%, corresponde em relação aos pretos e pardos no ensino médio e os que entraram no ensino superior, considerando seu término ou não. Em relação a conclusão do ensino médio teremos os dados a seguir.

Figura 2: Taxa de conclusão do ensino médio (pessoas de 20 a 22 anos), 2018



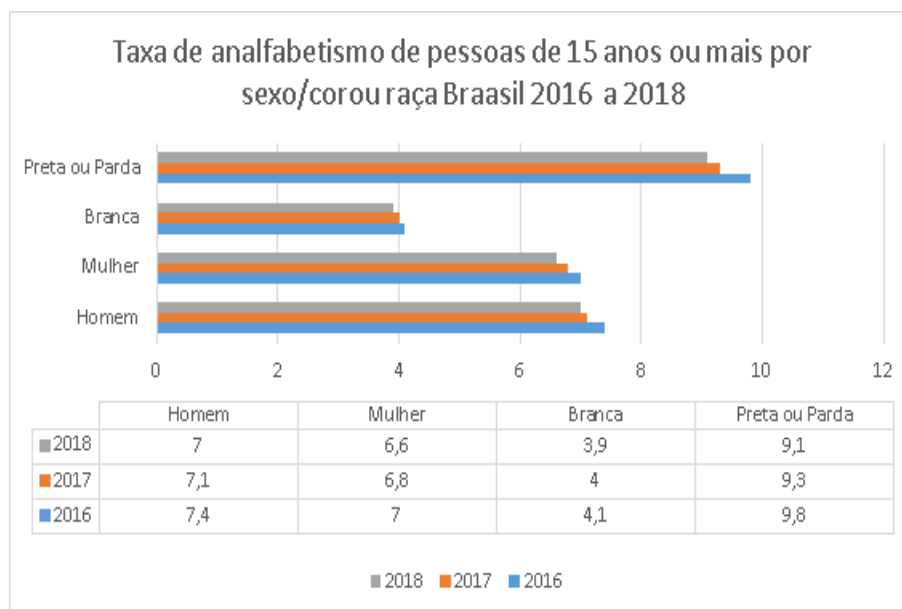
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Comparando a taxa de conclusão dos homens, temos 72% maior que a das mulheres pretas ou pardas que registrou um total de 67,6%. Para os jovens de 18 a 24 anos cursando ensino médio e que não frequentavam a escola por motivos do trabalho ou a procura do trabalho a taxa foi de 61,8%.

Em relação ao abandono escolar, dos jovens de 18 a 24 anos, pretos ou pardos com menos 11 anos de estudo caiu de 30,8% (2016) para 28,8%(2018). Para os brancos foi de 17,4%.

Em relação ao analfabetismo, podemos comparar abaixo as taxas relativas à população com 15 anos ou mais de idade, nos anos de 2016 a 2018.

Figura 3: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais em relação aos de 2016 a 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 a 2018.

A taxa de analfabetismo de pretos ou pardos sofreu redução de 9,8% (2016) para 9,1% (2018). Apesar de ter baixado, o percentual de analfabetismo entre pretos e pardos ainda mostra-se elevado em relação a dos brancos. Na educação infantil, creche ou escola das crianças pretas ou pardas de 0 a 5 anos, houve um aumento de 49,1%(2016) para 53,0% (2018). As mesmas desigualdades são encontradas nos segmentos da educação comum, como por exemplo, o número de crianças brancas era de 55,8%. Para a faixa etária de 6 a 10 anos, a taxa de crianças brancas foi de 96,5% e pretas e pardas 95,8% nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em relação ao cenário pré-estatístico no decorrer do século XIX, alguns autores, como Marcus Vinícius Fonseca, trazem em seus estudos:

(...)a documentação censitária que se refere às tentativas de contagem da população ocorridas em Minas no início da década de 1830; documentos que fazem referência à educação, como memórias de indivíduos que vivenciaram o processo de escolarização durante a primeira metade do século XIX (FONSECA, 2009, p. 44-45).

Por meio dos registros das listas nominativas⁴ apresenta também os indícios de que “os negros se ligavam ao nível mais elementar do ensino e os brancos dominavam os níveis mais elevados, que representava um caminho para o ensino superior” (FONSECA, 2009, p. 597); em suas produções, o livro “ A história da educação no Brasil” (2016) organizados por ele e a Surya Aaronovich Pombo de Barros e outros pesquisadores com intuito de oferecer informações amplas também traz que,

Nesse sentido, estabelecemos uma organização cronológica que está ligada a alguns dos elementos que marcaram a experiência social dos negros no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Desta forma, elegemos quatro eixos como estruturadores da obra: 1. Os Negros na Historiografia Educacional Brasileira 2. Educação e Escravidão no Brasil, 3. Educação Abolição da Escravidão no Brasil 4. Educação no Período Pós-abolição (FONSECA, 2016, p.14-15).

Sobre a história da população negra, a coletânea aborda também o viés de superar um padrão de invisibilidade do negro operado ao longo dos anos. As memórias dessas lutas de muitos negros se revelam a partir de suas produções intelectuais. De acordo com Fonseca:

Os dados sobre a província de Minas Gerais revelam que, diferentemente daquilo que vem sendo afirmado pelos historiadores da educação, no século XIX, encontramos uma distinção fundamental entre ser negro e ser escravo, quando fica claro que os negros livres não se comportavam como escravos, muito pelo contrário, procuravam afirmar a sua liberdade. Uma das formas de afirmação se dava através da inserção de crianças nas escolas de instrução elementar, que eram instituições proibidas aos escravos, mas não aos negros de condição livre. (Fonseca, 20016, p.48).

Como dito os estudos de Fonseca (2009) ele discorre sobre os estudos do estado de Minas Gerais em meados de 1830 no qual constam vestígios de indivíduos que vivenciaram o

⁴ Listas nominativas de acordo com Marcus Fonseca.” O predomínio dos negros as escolas de Minas Gerais” no quadro 3 da pág. 596: A relação dos números de estudantes nas listas nominativas das determinadas localidades são: Distrito de passagem (4); Distrito de São Bartolomeu (01), Distrito de Cachoeira do Campo (03); Distrito de Itaverava (06); Distrito de Catas Altas (06); Distrito de Caeté (07) e Distrito de Santa Luzia (05).

processo de escolarização do nível elementar. E ainda, a coletânea de 2016 nos faz refletir sobre os questionamentos que a historiografia faz pela busca da compreensão histórica sobre as trajetórias da população negra.

Ao pesquisar sobre as diferenças de escolarização no Brasil de uma forma mais abrangente mostra-se como um processo de luta cheio de situações de opressão. Nas palavras de Oliveira; Silva “há pontos de nosso passado que podem muito bem esclarecer as origens de graves problemas educacionais que afligem o grosso da comunidade negra brasileira” (OLIVEIRA; SILVA, 2000, p.134). É um trabalho cuidadoso que requer muitas pesquisas aprofundadas das quais o presente trabalho não conseguiria discorrer.

Para Oliveira e Silva (2000, p.138), “quando saímos do século XIX e adentramos o século XX, deparamo-nos com o abandono a que foi relegada a população negra. A maior parte dos estudos retrata a situação dos negros nas áreas urbanas, no período em que algumas cidades do país iniciam rápido processo de modernização”. O Brasil de Carolina continua discriminador da população negra.

Se outrora a população iletrada estava centrada no campo, atualmente, como está distribuída no território brasileiro? Isso nos ajuda a pensar as políticas públicas para a educação e, em especial, para jovens e adultos, negros e negras das camadas populares.

1.2 alguns dados sobre urbanização no começo do séc. XX: a sociologia das Carolinas

A história da urbanização do Brasil em meados do século XX caracteriza-se por um crescimento populacional devido a vários fatores industriais, econômicos, sociais e territoriais. Em decorrência desse crescimento, surgiram também as demandas por moradias, trabalho, saúde e educação. Abaixo um exemplo da representação de urbanização em meados da década de 1940.

Tabela 1: População Rural e Urbana 1940 - 2000

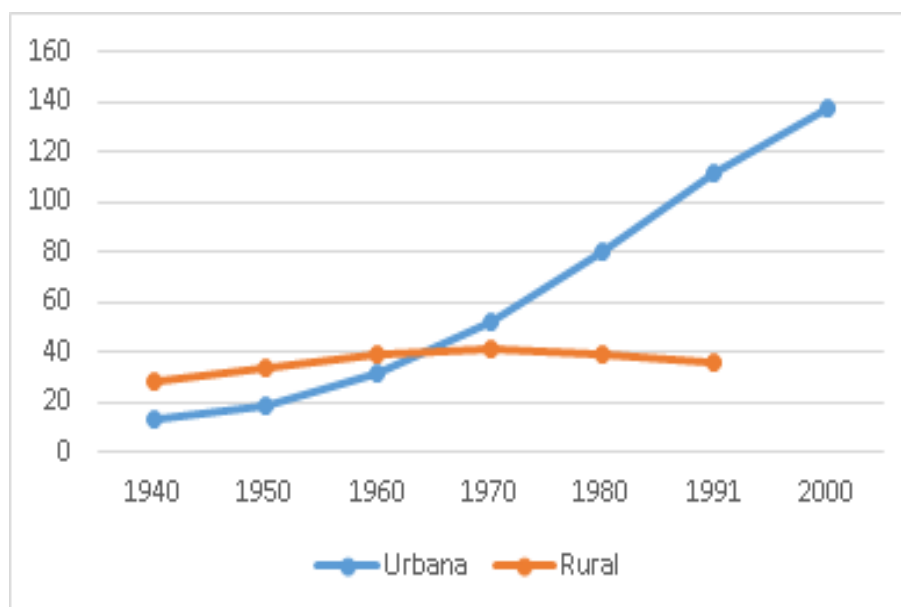
| Anos | Urbana | Rural |
|-------------|---------------|--------------|
| 1940 | 12,9 | 28,3 |
| 1950 | 18,8 | 33,2 |
| 1960 | 31,3 | 38,8 |
| 1970 | 52,1 | 41,1 |
| 1980 | 80,4 | 38,6 |

| | | |
|------|-----|------|
| 1991 | 111 | 35,8 |
| 2000 | 138 | 31,8 |

Fonte: IBGE. Tendências demográficas, 2000 - 2001.

O processo de urbanização em meados da década de 1940 ao ano 2000 apresentados pelo censo demográfico da população urbana, revela uma taxa de 31,34% entre 1960 e totalizando 41.236.315 das pessoas vivendo na área urbana em 1940. (IBGE, 1940). De acordo com Maricato (2001), pode se dizer que o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa no período de 1960. Conforme a tabela abaixo:

Figura 4: Evolução da Urbanização no Brasil 1940 - 2000



Fonte: Tendências demográficas, 2000 (IBGE, 2001).

Neste contexto, os possíveis fatores que influenciaram o adensamento urbano podem ter sido os movimentos migratórios. Na tabela abaixo pode-se verificar a porcentagem e diferenciação entre as regiões do Brasil entre os anos de 1940 a 2010.

Tabela 2: Taxa de Urbanização das Regiões Brasileiras (IBGE)- 1940 a 2010.

| Região | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2007 | 2010 |
|--------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Brasil | 31,24 | 36,16 | 44,67 | 55,92 | 67,59 | 75,59 | 81,23 | 83,48 | 84,36 |
| Norte | 27,75 | 31,49 | 37,38 | 45,13 | 51,65 | 59,05 | 69,83 | 76,43 | 73,53 |
| Nordeste | 23,42 | 26,4 | 33,89 | 41,81 | 50,46 | 60,65 | 69,04 | 71,76 | 73,13 |
| Sudeste | 39,42 | 47,55 | 57 | 72,68 | 82,81 | 88,02 | 90,52 | 92,03 | 92,95 |
| Sul | 27,73 | 29,5 | 37,1 | 44,27 | 62,41 | 74,12 | 80,94 | 82,9 | 84,93 |
| Centro Oeste | 21,52 | 24,38 | 34,22 | 48,04 | 67,79 | 81,28 | 86,73 | 86,81 | 88,8 |

Fonte: educacao.globo.com/Urbanização brasileira por Leonardo Delfim Gobbi

Disponível em <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>

Podemos observar uma porcentagem maior desse fluxo migratório “vindo da área rural” na região sudeste e uma taxa elevada nos anos seguintes em relação a demais regiões, afinal, “quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e quanto mais diferentes são urnas das outras” (SANTOS, 1993, p. 52). Portanto, o recorte desse período é de grande relevância no âmbito do êxodo rural brasileiro. Além disso, as décadas de 1940 a 1960 apontam a realidade explícita de um quadro de progresso, velocidade e expansão urbana, apresentando-se com entusiasmo para aqueles que chegavam às cidades com esperança de uma vida melhor.

Embora que por meio de um recorte fragmentado do século XX, pode-se perceber, conforme mencionado acima, um quadro que se remete ao período que caracterizou um crescimento populacional e que trouxe evidências também sobre as dificuldades enfrentadas para quem residia em meio a esse processo. Sobre isso, Santos (1986, p. 02):

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos. (SANTOS, 1986, p. 2, *apud* Maricato, 2003, p.152)

Assim, com a busca pelo trabalho surge a urgência pela moradia para abrigar as pessoas que não tinham condições de se manter em uma habitação com boa infraestrutura, pois, o custo era elevado. A alternativa para essas pessoas era se abrigarem em cortiços (antigas mansões, casarões), terrenos periféricos. A origem desse quadro é facilmente encontrada no livro "Quarto de Despejo". Carolina retrata assim: "(...) eu falei que residia em favela. Que favela é o pior cortiço que existe" (JESUS, 2014, p. 25). Não restam dúvidas de que durante as décadas de 40 e 50, do século XX, diante de seus relatos no diário e quando já se encontrava em São Paulo (1937) como moradora da favela do Canindé em (1947), evidenciam-se também as dificuldades enfrentadas pela classe menos favorecida.

Por isso, além dos movimentos políticos, territoriais e sociais da época, e apesar do processo de modernização do século XX no Estado de São Paulo, cabe pensar o olhar da Carolina Maria de Jesus sobre o contexto vivido por ela e milhões de brasileiros, numa realidade dos que se encontravam em extrema pobreza. Assim, São Paulo em 1947 se apresentou para Carolina (JESUS, 2014, p. 32) "(...) eu classifico São Paulo assim: O palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos". Em outro trecho Carolina diz: "quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seu lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo" (JESUS, 2014, p. 37).

A autora, ao denominar o livro de "Quarto de Despejo", ela se refere ao lugar da morada dos que se encontravam na favela de Canindé em extrema pobreza e invisibilidade, ao contrário das classes médias e altas, que em sua analogia, tinham moradas que guardavam coisas que não serviam mais fora do alcance dos olhos, ou seja, o que não se mostra na sala de visita. Assim, Carolina apresenta a favela como o Quarto de Despejo da cidade de São Paulo.

Também revelam nos olhares de Carolina a situação de pobreza e a falta de recursos para os demais moradores que lá se encontravam:

Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do serviço social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver meus filhos passar fome fui pedir auxílio propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. a ironia com que são tratados os pobres. A unica coisa que eles querem saber são os nomes e endereços dos pobres (JESUS, 2014, p.42).

Conforme acima, o contexto das condições de vidas dela e dos moradores da favela estavam destacados em seus relatos no livro “Quarto de Despejo”. O que chama atenção, contudo, é que para esquecer a miséria e a fome, ela usa a leitura e a escrita como forma de desabafo e sobrevivência em meio ao caos. Não é exagero afirmar que o prazer que ela tinha de ler e escrever alimentava, dava-lhe autoestima e forças para continuar dia após dia. Segundo ela, “(...) todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. (...)” (JESUS, 2014, p. 26). Consta também em seus registros, a busca para realizar seu sonho de comprar uma casa e dar condições de vida melhor para ela e seus filhos:

(...) o meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é de residir em favela”. (JESUS, 2014, p.22)

Em todo esse processo de escrita, a denúncia e indignação da situação em relação às classes mais pobres é o que tange a situação dos pobres e favelados na ótica da autora. Assim, outro fator preocupante, pensar que apesar de não existir mais a favela da “Carolina” hoje, existem lugares “das Carolinas” fora a fome, a miséria, falta de assistência, as invisibilidades, enfim, estão ainda presentes.

(...) o tenente interessou -se pela educação dos meus filhos. Disse -me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar - se útil a patria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstcheck e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minha dificuldades. (JESUS,2014,p. 29)

Vale ressaltar que é importante trazer o significado crítico de “favela” nos dias atuais. Vimos a experiência da Carolina em relação a década de 50 do século XX. Contudo, trago algumas definições apresentadas em um seminário com o tema “O que é a Favela, afinal?”, que ocorreu em agosto de 2009, reuniu pesquisadores e representantes de diferentes instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil. A declaração abaixo é própria do Observatório de Favelas (2009, p. 96-97). Em suas palavras, o objetivo foi de contribuir para a formulação de um conceito de Favela sobre 4 aspectos:

1. Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da

dotação de serviços de infra - estrutura urbana (rede de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e limpeza de ruas) e de equipamentos coletivos (educacionais, culturais, de saúde, de esporte e de lazer) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, na regularização fundiária e urbanística adequada às formas de ocupação do solo, na criação de legalidades afeiçãoadas às práticas sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania quando comparado ao conjunto da cidade. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores

2. Considerando o perfil socioeconômico, a favela é um território onde os investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, quando comparadas aos demais bairros da cidade. Os baixos indicadores econômicos das favelas são acompanhados pelos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias quando comparados à média do conjunto da cidade. Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular às favelas e o das condições presentes na cidade como um todo.
3. Considerando o perfil sócio urbanístico, a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental. A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade.
4. Considerando o perfil sociocultural, a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artística e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas. (Observatório das Favelas, 2009, p. 96-97).

Conforme citado acima, trata-se de atribuir, segundo Observatório das Favelas, a importância dessa relação espacial para também pensar sobre o lugar. O lugar tem seu papel importante na vida do sujeito, do seu direito, sua cidadania, sua luta por condições à saúde, educação, moradia e saneamento básico. E desse modo também apresentar uma discussão em torno do que a Carolina e os moradores estavam vivendo na favela de Canindé. Conforme abaixo, a imagem expõe a precariedade da realidade em viveram:

Figura 5: Carolina na favela de Canindé em 1958 localizada a margem do rio Tietê (DANTAS, 1960)



Fonte : Blog o quarto de despejo disponível em: <https://oquartodecarolina.com.br/contato/>

Em vários trechos da obra “Quarto de Despejo” Carolina cita a relação da morada próxima ao rio. “nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos”. (JESUS, 2014, p.54).

Figura 6: Alguns dos problemas dentro da favela de Canindé (enchente rio tietê em 1955)



Fonte: Foto do memórias paulistanas enchente do Canindé disponível em : <https://historiasdopari.wordpress.com/>

Em vários trechos de seus escritos, Carolina revela também os problemas causados de sua morada próxima ao rio. Enchentes, doenças, falta da instalação de rede de água para consumo e dentre outros. “(...) fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença de caramujo⁵. Mas não deu remedio para os favelados. (...) Eu não fiz exame porque não posso comprar remédios”. (JESUS, 2014, p. 100).

Atualmente, as favelas estão localizadas e mais bem organizadas em grande parte do território das cidades, mas seguem algumas feridas do passado que estão bem presentes no atual momento como o descaso, a violência, insegurança e a invisibilidade. Para Sachs (1999, p. 59) “a periferia não é homogênea e reproduz na escala de cada bairro o modelo polarizado, mas no conjunto ela se caracteriza pela presença maciça da pobreza.” Para Santos, “(...) a pobreza não é apenas na categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo” (1978, p.18). Em situação de pobreza e de extrema dificuldade territorial, como ficam as escolas?

1.3 A escolarização das Carolinas no Brasil

“(...) eu nada tenho a dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho (...)”
(JESUS, 2014).

Naquele cenário do século XIX, ser escolarizado era um dos instrumentos importantes para a emancipação e autonomia do ser humano no mundo em relação a algumas classes sociais. Fonseca (2009) nos diz que inserir os filhos na escola era visto com um valor simbólico no plano social de pertencimento, afirmando também sobre as condições de liberdade desse grupo. “A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. (art, 179, 32). Contudo, a titularidade da cidadania era restrita aos livres e aos libertos”. As lutas pela inserção dos negros no espaço escolar seria trazer uma reflexão de que nem todo negro era

⁵ De acordo com o site “Veja Saúde” a doença de caramujo cujo termo usado como esquistossomose (conhecido como barriga d’água) transmitida pelo verme da família Schistosoma. Espalha na água por causa do caramujo. A falta de saneamento básico pode acarretar essa doença. Provoca complicações graves no órgãos ameaçando a vida dos pacientes. Fonte: VejaSaúde. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/esquistossomose-o-que-e-sintomas-prevencao-e-tratamento/>.

escravo, pois, “negros e escravos foram compreendidos como sinônimos” (FONSECA, 2016, p. 23). Mostrar que havia negros que exerciam seu papel social, eram libertos, viviam como livres e procuravam demarcar o seu espaço de pertencimento.

Dantas (2014) nos assegura que Carolina Maria de Jesus viveu uma vida atribulada de sacrifícios e privações. Foram várias as barreiras que dificultaram a Carolina e que afetaram não somente a própria autora, mas como milhões de brasileiros ao acesso à educação, sobretudo, as classes mais pobres e as mulheres negras. Ainda que tenha havido certa redução do analfabetismo no decorrer dos anos, de acordo com o dado demográfico da evolução entre pessoas de 15 ou mais, ainda continuam altos os índices de pessoas pouco escolarizadas.

Tabela 3: Brasil: Evolução do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais - 1920/2000.

| Ano/Censo | Total | Não alfabetizadas | Porcentagem % |
|-----------|-------------|-------------------|---------------|
| 1920 | 17.557.282 | 11.401.715 | 64,9 |
| 1940 | 23.709.769 | 13.269.381 | 56,0 |
| 1950 | 30.249.423 | 15.272.632 | 50,5 |
| 1960 | 40.278.602 | 15.964.852 | 39,6 |
| 1970 | 54.008.604 | 18.146.977 | 33,6 |
| 1980 | 73.541.943 | 18.716.847 | 25,5 |
| 1991 | 95.837.043 | 19.233.758 | 20,0 |
| 2000 | 119.556.675 | 16.294.889 | 13,6 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1920-2000.

Conforme apresentado na tabela, temos decréscimo do analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais nos anos de 1920 a 2000. A porcentagem de não alfabetizados em 1920 representou uma taxa de 64,9%, nos anos de 1960. Essa taxa decresce totalizando uma porcentagem de 39,6% e em 2000 chegou a 13,6%. Ainda que essa redução tenha ocorrido nos últimos dados cabe pensar nas trajetórias desses sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Alguns fatores são trazidos como a dificuldade em conciliar trabalho, escola e família. E como consequência desses fatores, ocorre a evasão e a não permanências nesses espaços.

O período escolar obrigatório de Carolina seria por volta dos anos 1922. Uma vez tendo sido subtraído seu direito de escolarização, ela vai tentar o acesso a uma escola mais próxima, mas, a necessidade de trabalhar foi mais forte. Sabe-se que “(...) os descendentes destes grupos

ainda hoje sofrem as consequências desta realidade histórica. Disto nos dão prova as inúmeras estatísticas oficiais” (BRASIL, Parecer CNE/CEB N° 11/2000, p. 6). Passado um século, como está São Paulo no ano de 2010 em relação ao analfabetismo? Mesmo tendo sido destruída, a favela do Canindé estaria na região

Figura 7: Taxas de Analfabetismo da População de 15 anos e mais Município de São Paulo 2010

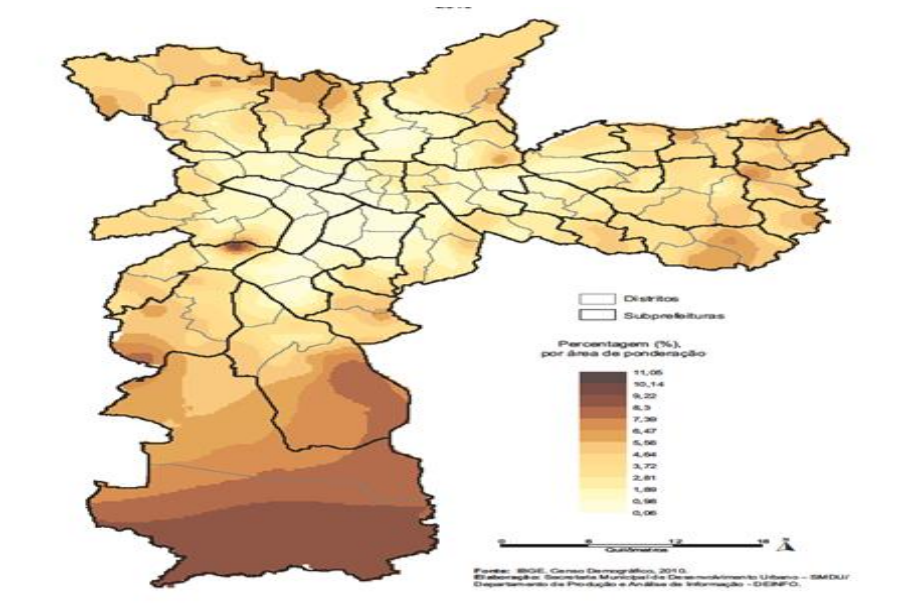


Tabela 4: Brasil. Alfabetização da população de 15 anos ou mais

| Faixa etária | Analfabetos | % |
|----------------|----------------|------------|
| 15 a 24 anos | 18.374 | 1,0 |
| 25 a 39 anos | 45.237 | 1,5 |
| 40 a 59 anos | 100.886 | 3,6 |
| 60 anos e mais | 118.975 | 8,9 |
| Total | 283.472 | 3,2 |

Fonte: Catelli Jr. (2017).

Esses índices indicam que a maioria desses sujeitos não alfabetizados no Brasil é composta por pessoas na idade mais avançada, mulheres, negros e residentes das áreas rurais, regiões do Nordeste (CENSO, 2000).

Na tentativa de corrigir as falhas no sistema educacional brasileiro, muitas reformas e ações foram discutidas e algumas implantadas o longo dos anos. Como exemplo, a Lei n° 5.692/71 referente ao Ensino Supletivo que teve a finalidade em seu art. 24 “a) suprir a

escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.” (BRASIL, Lei de Diretrizes e Base de 1971) e a Lei 9.394/96, “passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente.” (BRASIL, Parecer CNE/CEB N° 11/2000, p. 2); o Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica aprovado em 10 de maio de 2000, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, enfatiza que “a educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea”. “(...) nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.” (BRASIL, Parecer CNE/CEB N° 11/2000, p.10).

O Parecer 11/ 2000 é muito importante, pois o mesmo reforçou o direito e a cidadania, considerando que, segundo Jardimino; Araújo:

Antes apenas denominada como educação de adultos, a história dessa modalidade de ensino tem início na década de 30, com a implantação do sistema público de educação elementar no País e o esforço do governo federal de inserir os jovens e adultos não escolarizados nesse sistema. Somente na década de 1940, as especificidades no atendimento de jovens e adultos foram consideradas, com o lançamento da Campanha de Educação de Jovens de Adolescentes e adultos (1947). (...) a década de 50 foi marcada por processos de discussão sobre o analfabetismo e a situação de discriminação vivenciada por homens e mulheres, do campo e dos grandes centros urbanos. (JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p. 50).

O Parecer conta a história e faz reflexões de um problema social, dos quais muitos brasileiros foram vítimas, ou seja, “não é qualquer jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-raciais, do campo, da periferia”. (ARROYO, 2006, p. 22). Para esses/as brasileiros/as o valor da educação como instrumento importante para a emancipação e autonomia do ser humano é fundamental. Arroyo afirma que,

Não é a história da construção de qualquer jovem, nem qualquer adulto. São jovens e adultos que têm uma trajetória muito específica, que vivenciam situações de opressão, exclusão, marginalização,

condenados à sobrevivência, que buscam horizontes de liberdade e emancipação no trabalho e na educação. (ARROYO, 2006, p. 23).

Compreender esses elementos e as dimensões subjetivas que atuam nesse processo é ampliar a reflexão da realidade em que muitos tiveram em suas vidas, por exemplo, a luta pela sobrevivência, às vezes o trabalho como a única opção e a precariedade das condições de vida que muitos se submetiam para sustento da família. Para Ventura, “as políticas públicas educacionais só se efetivaram a partir da necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho” (VENTURA, 2001, p. 2). Em relação ao contexto desses sujeitos. Valentim comenta que:

Geralmente as pessoas que frequentam a EJA estão e/ou estiveram expostas a vários fatores estressantes em suas trajetórias de escolarização. Estes fatores encontram-se dentro e fora da escola, exigindo destes sujeitos um equilíbrio e a construção de fortalezas psicológicas, físicas e emocionais. (VALENTIM, 2018, p. 69-70).

Conforme citado acima, são vários fatores para se pensar sobre os sujeitos da EJA, principalmente, sobre a historicidade, a escolarização ou ao acesso aos estudos. Para Arroyo (2006), a EJA também se configura nesse processo de luta política, do direito de todos e todas que o sistema exclui. E acrescenta:

Quando falamos de jovens e adultos populares, o direito à educação está sempre entrelaçado nos outros direitos. Os jovens e adultos sempre que voltam para a escola, voltam pensando em outros direitos: o direito ao trabalho, o direito à dignidade, o direito a um futuro um pouco mais amplo, o direito à terra, o direito à sua identidade negra ou indígena. Esse traço é muito importante, a educação de jovens e adultos nunca aparece como direito isolado, sempre vem acompanhada de lutas por outros direitos. (ARROYO, 2006, p. 29).

Por todas essas razões, o acesso à educação é um direito social básico porque visa o pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania. Conforme a própria Constituição de 1988 aborda em seu Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E ainda em seu Art. 3º “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: V - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Dentro desse processo há um pluralismo de cultura e toda questão social que

engloba a realidade de lutas, a força política para o direito de ter uma educação de qualidade, vinculados ao contexto e às necessidades desses grupos auxiliam a pensar a realidade, como aponta Gomes (2010):

“Reconhecemos que avançamos ao tomar consciência da resistência presente dentro da escola, mas esta não se reduz somente à luta da classe trabalhadora. É também a luta das mulheres e da comunidade negra. A luta da comunidade negra brasileira se defronta com inúmeras práticas racistas em seu dia-a-dia” (GOMES, 2010, P.69).

Conforme verificado, o cenário de desigualdades perpetua até os dias de hoje. Trata-se de algo que merece atenção. A importância dos direitos de todo cidadão em que impera a injustiça racial vinculada às trajetórias de vida escolar e às experiências duras da comunidade negra brasileira. O sistema de ensino reflete também conflitos políticos na trajetória da educação. Pode-se dizer que apesar de alguns avanços na educação ainda as estruturas do sistema reforçam discurso que desqualificam os grupos tidos como minorias.

"(...) em particular a mulher, ao ser-lhe negada a possibilidade de realizar estudos e ao ser afastada dos bancos escolares, seja por necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família, seja por ver desconsiderado seu modo de ser, viver, a cor da sua pele, a cultura de seu grupo étnico”. (SILVA, 1998, p.)

A temática precisa ser explorada não somente da EJA, mas, sobretudo na EJA. Isso porque talvez para muitos seja o único lugar que traga esse diálogo para esses alunos. A escolarização para esse grupo configura no processo de luta por sua cultura negra, da mulher, de luta política pela busca de direitos, que "vem sendo recriada, no Brasil, primeiramente nas condições de escravismo e, hoje, em situações de racismo e discriminações”. (SILVA, p. 23). Quinze anos depois a Lei 10.639, ainda se esbarra em desconhecimento e resistência a educação de relações étnico raciais.

Se na escola se tomasse conhecimento e se analisasse as discriminações sofridas por todas as mulheres, em particular as mulheres negras, estariam sendo combatidas injustiças e haveria possibilidade de construir novas relações entre grupos sociais distintos. Assim, a abordagem de tais questões ensinaria serem inúmeras as mulheres negras que são arrimo de família, ou que participam decisivamente de sua manutenção. Mostraria que muitas vivem nas periferias das regiões metropolitanas, em casebres ou malocas que não recebem serviços de saneamento, nem de água, luz e raramente contam com serviços de saúde e escassamente de educação para crianças ou jovens,

muito menos para adultos. Mostraria também que a oferta de tais serviços, muitas vezes, passa a existir diante de pressões e reivindicações que têm à frente mulheres, entre elas as negras. (SILVA, 1998, p. 1).

A autora discute o percurso de chegada no espaço escolar como fonte para discussão em torno das relações sociais, assim como a luta da mulher nesses espaços. E, ao mesmo tempo, o aprendizado se volta no contexto da realidade, ele aponta um horizonte de novas possibilidades em que o discurso da invisibilidade são postas. Sendo assim, como ressaltam as autoras Silva e Gomes (2006, p. 18) “a educação escolar, é entendida como parte constituinte do processo de humanização, socialização e formação”. Ambas as autoras discutem que a educação escolar e as relações socioculturais são fatores importantes para se debater e combater as práticas racistas e apontam as falhas nas políticas públicas no que se refere às desigualdades raciais. Esse processo contra as desigualdades tem sua importância histórica no campo dos movimentos de lutas para a conquista de direitos que ainda estão sendo travados.

Carolina vem de uma época em que o acesso escolar, a baixa escolaridade, a taxa de analfabetismo, eram muito maiores, embora ainda esses índices de analfabetismo demonstrem números altos atualmente. O fato de haver pessoas não alfabetizadas é carregado de preconceitos e discriminação e engloba as classes mais pobres onde os seus contextos de vidas são acompanhados pelas dificuldades, situação de miséria, a condição do trabalho, saúde e formação da família. (DI PIERRO, 2007).

Capítulo II **As obras: breve apresentação**

2.1 “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” foi lançado em 1960, da autora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Uma obra com escritos de diário registrados em folhas de papel que achava no lixo e que originou o livro. Contém 199 páginas incluídas prefácio e posfácio à edição, lançado pela editora Ática em 2014. Os escritos do diário iniciam no dia 15 de julho de 1955 e terminam no dia 01 de janeiro de 1960. No final do livro a editora menciona outras obras da autora como Casa de Alvenaria (diário, 1961), Provérbios (memória, 1963),

Pedaços da fome (memória, 1963) e Diário de Bitita (memória, 1982), que não serão analisados no presente trabalho, pois o foco estará na Obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

A escritora foi descoberta em meados dos anos 1958 por um jornalista chamado Audálio Dantas (1929 - 2018).

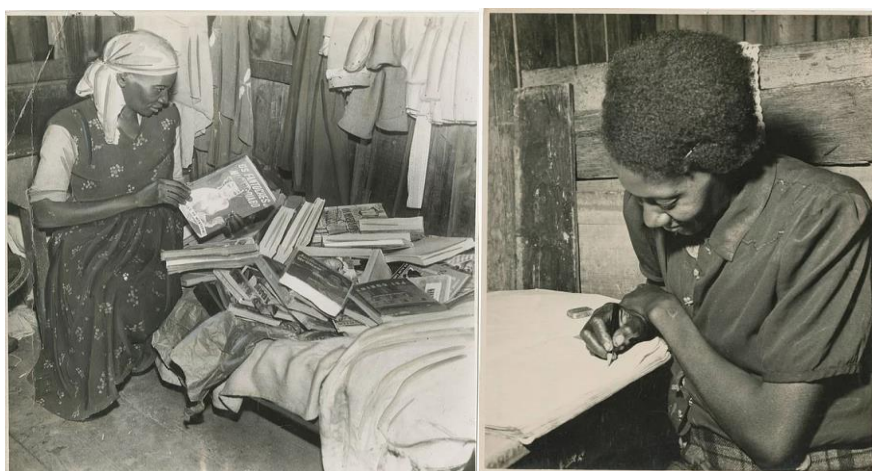
Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé. Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. (DANTAS, 2014, p. 6).

O livro é repleto de situações e reflexões sobre as questões sociais e a forma de vida que a própria autora viveu dentro da favela do Canindé (SP).

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi : repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão dentro da favela. (DANTAS, 2014, p. 6).

A obra revela os rastros de violência, fome e preconceitos da qual ela viveu. Quando o livro foi publicado surge a polêmica sobre a verdadeira autoria do seu livro, pois suas escritas eram movidas de sentimentos fortemente tristes e carregadas de verdades poéticas. Segundo ela, “há de existir alguém que lendo que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais”. (JESUS, 2014, p.46).

Figura 8: Carolina e seus livros que lia em seu barraco na favela de Canindé



Fonte : Sérgio Barcellos disponível em : www.vidapoescrito.com/biografia

Se, de um lado revela a pobreza, de outro também revela seus sonhos, sobretudo, seu gosto pela leitura que é fortemente presente em seus escritos.

o nervoso interior que eu sentia ausentou -se. Aproveitei a minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer - me. Li um conto. quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão. Escrevi um bilhete e dei ao meu filho João José para ir ao Arnaldo comprar sabão, dois melhoraes e o resto de pão. (JESUS, 2014, p. 12).

Apesar de ter estudado apenas dois anos de grupo escolar, a leitura e a escrita de seu diário mostram sua aprendizagem no dia a dia na favela, suas experiências de rua, casa e trabalho. A sua forma de aprender mesmo não tendo acesso à escola. A importância do ato de ler consiste onde a leitura e a escrita a levava. “Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo”. (FREIRE, 1989, p.7).

Imagem 9: Notícia no jornal O Estado de S. Paulo - 25/9/1960



Fonte: <https://twitter.com/EstadoAcervo>

“Quarto de Despejo”, na data de publicação 04 de setembro de 2017, passou a compor “a lista de leituras obrigatórias dos vestibulares da Unicamp e da UFRGS, em uma pequena tentativa de inseri-lo entre os clássicos de nossa literatura. (UNICAMP, 2020). No entanto, numa publicação recente, a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 04, MAI - 2020 anunciou a redução das leituras obrigatórias para vestibular 2021, dentre eles o livro “Quarto de despejo”.

Os critérios gerais utilizados para a substituição das obras foram a representatividade dessas manifestações literárias nas práticas letradas e nas tradições culturais de língua portuguesa, o padrão de elaboração estética e a presença de núcleos temáticos adequados à formação pedagógica do aluno no ensino médio, na medida em que tais núcleos permitem abordagens interdisciplinares na área de humanidades. (UNICAMP, 2020).

Em novembro de 2013 e março de 2014 foram organizados trabalhos acerca dos documentos do acervo de Carolina Maria de Jesus que se encontram no arquivo público

municipal de Sacramento, MG. Apesar de estarem sobre os cuidados no arquivo público da cidade, a informação contida no próprio *site* alega as etapas e classificação que ocorreram com os documentos e descrevem as condições de armazenamento inicial de que "os documentos se encontravam acondicionados em envelopes e agrupados sem qualquer critério. Embora houvesse etiquetas constando o número do lote de documentos e uma descrição sumária, era evidente a ausência de critérios de classificação e organização". (Arquivo Público Municipal "Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick" de Sacramento, MG)

As informações são encontradas no site com o nome "Vida por escrito portal biobibliográfico de Carolina Maria de Jesus". Aí há informações sobre a vida e obra da autora. O site é uma realização do pesquisador Sérgio Barcellos, que colaborou com o projeto e foi contemplado pelo Edital Prêmio Funarte de Arte Negra⁶, categoria memória, em 2013.

Em relação o acervo de Carolina, foi preciso realizar medidas mais efetivas que pudessem conservar melhor esses documentos. Na primeira etapa houve a participação dos pesquisadores Jardell Soccol e Eliana Vilas Boas, ambos funcionários do arquivo público municipal de Sacramento. A segunda, foi organizar anotações indicando código localizador, gênero, data limite e estado de conservação. Infelizmente alguns documentos estavam manchados, danificados e seguiu-se a descrição do estado dos mesmos. Na etapa final, armazenaram-nos em materiais que pudessem conservar os documentos da melhor forma. A informação no próprio *site* relata que há falta de profissionais com conhecimento arquivístico para cuidar do acervo tanto da Carolina quanto dos demais documentos históricos ali presente. No ano comemorativo do centenário da escritora, em 2014, a pedido da filha da escritora Vera Eunice de Jesus Lima, foi elaborado um texto contendo sugestões e medidas emergenciais para a conservação desses documentos.

⁶ Criada em 1975, a Fundação Nacional de Artes – Funarte é o órgão do Governo Federal brasileiro cuja missão é promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país. É responsável pelas políticas públicas federais de estímulo à atividade produtiva artística brasileiras; e atua para que a população possa cada vez mais usufruir das artes (...) alcança as áreas de circo, dança e teatro; de música, de concerto, popular e de bandas; e de artes visuais; e também a preservação da memória das artes e a pesquisa na esfera artística.(...) Em relação ao Prêmio: contemplou se os que comprovam no desenvolvimento de atividades artísticas que conservam elementos das culturas de matriz africana e/ou realização de trabalhos com temas ligados à experiência social e política da população negra dentro e fora do Brasil. Informações descritas no site ver em: <https://www.funarte.gov.br/>

Desde o centenário comemorativo em 2014, Carolina ressurgiu em publicações, como por exemplo de Tom Farias (2018) que fez uma biografia da própria autora. Abaixo:

Figura10: Homenagem do Doodle do Google no ano em que ela completaria 105 anos.



Recentemente a filha da autora Vera Eunice de Jesus expressa a construção de um livro sobre sua mãe que possa dar mais visibilidade e a importância através das documentações de produções encontradas. (Folha de S. Paulo, 2020). Além da obra “Quarto de Despejo” Carolina produziu outros escritos, como romances, poemas, etc. Algumas de suas produções estão guardadas em várias instituições como a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o Acervo de Escritores Mineiros, na UFMG e a Biblioteca do Congresso, em Washington, nos Estados Unidos (Barcellos,2015).

2.2 “Importância do ato de ler...” de Paulo Freire

A obra escrita por Paulo Freire (1921-1997) “A importância do ato de ler”, foi publicada em 1981. A edição analisada foi a 23ª da editora Cortez. O livro consiste em três artigos que se completam. O primeiro, “A importância do ato de ler”, o segundo, “A alfabetização de adultos e bibliotecas populares - uma introdução” e, por último, “O povo diz sua palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe”. O foco para o trabalho estará no primeiro capítulo “A Importância do Ato de Ler”, com toda a contribuição do livro para reflexão sobre a leitura.

Nas primeiras páginas estão o prefácio, o qual explica sobre como originou o livro.

O presente livro de Paulo Freire constitui - se em uma palestra sobre a importância do ato de ler em uma comunicação sobre as relações da biblioteca popular com a alfabetização de adultos e em um artigo que expõe a experiência de alfabetização de adultos desenvolvida pelo autor e sua equipe em São Tomé e Príncipe. (SEVERINO,1982).

São Tomé e Príncipe, são ilhas localizada a milhas da costa ocidental africana. A contribuição que a obra traz deixa em evidência as experiências de Paulo Freire, vivências do seu mundo antes mesmo de ler a palavra, as suas percepções que fizeram parte de sua vida. De certa forma contribuem com o pensar sobre o processo em que ele estava inserido. As reflexões são importantes para toda uma sociedade, em especial aos educadores e futuros educadores. Sobre a prática, nos ensina Paulo Freire que:

Desde de muito pequeno aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos da nossa prática não basta. Precisamos de ir além dele. Precisamos de conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. Seria interessante se os camaradas escrevessem numa folha de papel algumas das coisas que gostariam de conhecer. Faríamos um outro caderno tratando os assuntos que os camaradas e as camaradas nos sugerissem.

Estudar é um ato revolucionário! (FREIRE, 1989, p. 40).

Para a prática do futuro educador ser viabilizada precisamos sim buscar nos atualizar, recriar, ler sempre, mas também não esquecer o lado cultural de todo o processo, transformando o aprendizado difícil para quem não domina a leitura ou a escrita. A busca de ferramentas que nos auxiliam na aproximação dos alunos de modo que se sintam atraídos à criatividade e responsabilidade que têm esse processo, pois:

Este movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização. Daí sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa de alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos deveriam vir carregadas de suas experiências existenciais e não a experiência do educador. (FREIRE,1989, p. 13).

Esse movimento deve ser contínuo, ler o mundo, ou seja, também de escrever, reescrever e o transformar com nossos sonhos e nossa existência. Tratar a leitura crítica da vida simples possibilita compreender o mundo de uma forma mais aguçada na sociedade como um todo ou mesmo para acesso a direitos.

2.2.1 “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire

A obra foi escrita em 1968 e publicada originalmente em inglês. Somente em 1974 foi traduzido em diversos idiomas. Uma das obras mais importante e completa de Paulo Freire (GADOTTI, 2001). A divisão do livro é de quatro capítulos: no capítulo I discorre sobre a justificativa do oprimido, a contradição opressores - oprimidos; no capítulo II apresenta a educação bancária; no capítulo III trata da dialogicidade e no capítulo IV da teoria da dialogicidade. Analisamos a edição 17ª do livro do ano 1987. Inicialmente a obra vai trazer em suas páginas iniciais a reflexão do sujeito frente a realidade histórica. Após, discute o próprio título do livro.

As páginas que se seguem e que propomos como uma introdução à Pedagogia do Oprimido são o resultado de nossas observações nestes cinco anos de exílio. Observações que se vêm juntando às que fizemos no Brasil, nos vários setores em que tivemos oportunidade de exercer atividades educativas. (FREIRE, 1987, p. 12).

A obra “Pedagogia do Oprimido” envolve as discussões de duas classes: opressores e oprimidos e ambos se encontram em constante luta. Opressores “estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder” (FREIRE, 1987, P.17) e enquanto os oprimidos tentam lutar contra essa opressão. Um livro que discute a política e transita na área educacional. Porque “a prática desta educação implica no poder político” (FREIRE, 1989, p. 23).

Paulo Freire traz a reflexão da consciência de luta pela libertação dos oprimidos no mundo que o cerca. A importância do diálogo, da sociedade sobre seus direitos como um fator de uma educação transformadora, a ida do encontro com o povo, sobre o pensar, criticar, construir esse mundo coletivamente, sobre uma análise da teoria da ação cultural entrelaçada a discussão da ação antidialógica estão presentes na obra. Mas, afinal o que seria o termo cultura abordado por Freire? O conceito de cultura é algo complexo e bastante discutido por teóricos do campo antropológico, sociológico e filosófico dentre outras áreas de conhecimento, como também um termo bastante discutido entre pesquisadores. A temática cultura vem acompanhada nos trabalhos de Paulo Freire numa perspectiva de humanização:

(...) o sentido e o alcance de seu humanismo: alfabetizar é conscientizar (...) No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua

intervenção direta no curso do diálogo (...) O alfabetizando já sabe que a língua também é cultura, de que o homem é sujeito: sente-se desafiado a desvelar os segredos de sua constituição, a partir da construção de suas palavras – também construção de seu mundo”. (FREIRE, 1987, p.6).

Essa relação à humanização e à conscientização trazidas em “Pedagogia do Oprimido”, encontram-se os temas geradores que foram experiências da alfabetização em que Freire trabalhou a partir do universo cultural dos sujeitos e foram essenciais como instrumento de inclusão, um processo de educação libertadora e uma prática educativa de investigação local.

Freire discorre no último capítulo sobre a ação antidialógica, na qual seria uma ação oposta ao diálogo. E a intenção da ação antidialógica é de manter a opressão impedindo assim a fala do sujeito no intuito de evitar o poder revolucionário. Já que a intenção do opressor é que os oprimidos não tenham consciência, não possam refletir sobre os mecanismos que estes usam para manterem o poder. Além de trazer as reflexões das injustiças sociais em que os opressores organizam todo o sistema (leis, religião, moral, padrões, educação) no qual as pessoas têm negadas a própria humanidade e estão submetidas ao padrão de vida imposto pelos opressores.

No que tange a invasão cultural e ação antidialógica desrespeita “as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão (FREIRE, 1987, p. 86). Pode-se dizer que a invasão cultural é quando o opressor impõe sua cultura a cultura do oprimido. Impõe seus valores, fazendo com que o oprimido passe a enxergar sua cultura como inferior. Dessa forma, Freire destaca a importância de estimular sempre o diálogo, a consciência, a informação para que se possa diminuir a relação de opressão (FREIRE, 1987).

Capítulo III

Diálogos entre Carolina de Jesus e Paulo Freire: a importância do ato de ler

3.1 Convergências entre Carolina de Jesus e Paulo Freire

Alguns pontos da literatura do Carolina de Jesus dialogam com Paulo Freire. Dentre eles estão o analfabetismo, a educação das classes populares, a leitura e leitura de mundo e a situação de opressão. Abordaremos esse conjunto de convergências ora relacionando-os entre si, ora com a literatura.

3.1.1 Analfabetismo como condição social brasileira

O Brasil das Carolinas é marcado pelo analfabetismo. As atribuições de Carolina de Jesus não permitiram que ela frequentasse a escola como sua mãe desejava. Assim como ela, milhares de brasileiros e brasileiras foram privados do direito à escolarização. Há definições e discussões do que seria ser “analfabeto”. Alguns autores como VIÑAO FRAGO (1993) e HADDAD; DI PIERRO (2007) falam da complexidade em definir tal termo. Os autores, ao definirem os conceitos, permitem compreender certos momentos desse processo.

O conceito de analfabetismo, criado em 1958 pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), afirma que "é alfabetizada a pessoa que pode tanto ler com compreensão quanto escrever uma pequena frase simples sobre sua vida cotidiana. É analfabeta a pessoa que não puder tanto quanto escrever uma pequena frase simples sobre sua vida cotidiana." (UNESCO, 1958, p. 4 *apud* SOARES, 1986). Na prática, um censo do IBGE (1950) utiliza-se da pergunta “sabe ler e escrever?” Hoje novos critérios são utilizados nas entrevistas para aferir o grau de escolaridade, ainda assim, conseguir identificar quem são os analfabetos continua um desafio. De acordo com Rodrigues, “ser analfabeto, entretanto, não significa ser incapaz. O discernimento não está subordinado à circunstância de saber ler e escrever” (RODRIGUES, 1965, p. 240).

Paulo Freire exerceu um papel importante na área da educação por se preocupar com a questão do analfabetismo. Em uma de suas experiências, Angicos (RN), com o sistema de alfabetização que propôs, conseguiram alfabetizar cerca de 300 adultos em 40 horas/aula. (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

Olhar para essa experiência não pode significar a instituição de um mito fundante da educação de jovens e adultos, mas a reflexão à luz dos tempos que vivemos, surfando nas ondas de uma época orientada pelo efêmero, passageiro e sem sentido, assinalada pelo mercado, na qual a educação aparece como pré-condição para o desenvolvimento social e político e econômico. As memórias de lá encarnam -se nas urgências de cá. (JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p. 34-35).

A experiência desenvolvida em Angicos (1963) foi revolucionária, pois se baseou na cultura popular. A educação popular tem um viés próximo a uma práxis da realidade do trabalhador e da compreensão dos seus conhecimentos formais. Tal práxis se refere na busca de uma transformação social, contrária à exclusão, às injustiças e ao acesso elitista. As

aprendizagens eram tidas com base nas vivências trazidas pelos alunos. O conteúdo fazia sentido porque estava dentro do próprio contexto. Ao mesmo tempo Freire nos diz que existem situações-limites em que a sociedade define quem pode ou não ultrapassar, impedindo a reflexão dos sujeitos, das massas populares. A imposição pode ser vista como instrumento de opressão (FREIRE, 1987), como é retratado no livro *Pedagogia do Oprimido*.

É corrente a ideia de que o analfabeto é alguém menor, que deve ser tutelado por não possuir um atributo que é a escrita. Encontramos em Paulo Freire que,

O caráter mágico emprestado à palavra escrita, vista ou concebida quase como uma palavra salvadora, é uma delas. O analfabeto, porque não a tem, é um “homem perdido”, cego, quase fora da realidade. É preciso pois, salvá-lo, e sua salvação está em passivamente receber a palavra - uma espécie de amuleto - que a “parte melhor” do mundo lhe oferece benevolmente (FREIRE, 1989, p. 18).

A população da favela do Canindé pouco lia. Carolina levava as informações às mulheres lendo para elas o jornal. Era 13 de junho de 1958, e ela escreveu “hoje estou lendo. E li o crime do deputado de Recife. Nei Maranhão (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir (JESUS, 1960, p. 60).

Em “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” Freire (1989, p. 9) aponta para a questão do quando palavra e mundo estão interligadas e o quanto a palavra pode se transformar no mundo dos sujeitos, como menciona Carolina escreveu em 18 de julho de 1955 “(...) mesmo elas me aborrecendo-me, eu escrevo”; em 24 de julho de 1955 “(...) todos tem um ideal. O meu é gostar de ler”. Em 21 de julho afirmou: “li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem”, em 1958, aos 6 de maio, comentou: “É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”. Em 1958, no dia 12 de junho, anotou: “eu deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela”.

Paulo coincide com Carolina no quanto seria importante que as camadas populares pudessem usufruir de um direito social como a escolarização e, a partir dela, construíssem seus castelos para substituir as duras penas do dia a dia.

3.1.2 Educação das classes populares: direito de ser e sonhar

Refletir o novo e repensar a prática dos sujeitos que ocupam esse lugar no mundo, para Morin (2000) é inseri-los fazendo que os mesmos sejam sujeitos históricos e, para FREIRE (1987), que sejam merecedores do direito a uma educação de qualidade e de uma vida digna.

Carolina de Jesus se empenha em estudar os filhos. Os esforços que as camadas populares mobilizam, geralmente, são para que os filhos ultrapassem a escolarização dos pais. Ela comenta: “eu estou contente com os meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo. O José Carlos me disse que vai ser homem distinto e que eu vou tratá-lo de seu José. Já tem pretensões: quer residir em alvenaria” (JESUS, 1960, p.140).

Seu relato abrange as classes populares brasileiras. Pensar na educação das classes populares é pensar no âmbito familiar e o contexto de vida desses sujeitos, uma vez que a relação escola e família pode influenciar no ensino aprendizagem. Além dos conteúdos e conhecimentos, está a participação do indivíduo na sociedade que reflete a natureza, o corpo, a mente e as emoções (MORIN, 2000). Sobre a humanização, nos diz Morin que:

O ser humano é a um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É preciso restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos (MORIN, 2000 p. 15).

Para Edgar Morin, não há métodos pedagógicos, mas sim, a relação com a educação. Em seus escritos “Os sete saberes necessários à educação do futuro” ele critica sobre as incertezas do currículo da escola em torno da epistemologia e as formas como vão sendo guiadas nossas experiências, ética e política. Ele vai fazer uma crítica da ciência, essa ciência fragmentada que vai trazer implicações na sociedade, como a dificuldade de se fazer uma educação com as camadas populares.

Além disso, é retratada no livro Pedagogia do Oprimido a crítica a educação bancária que nega a singularidade dos sujeitos, a humanidade e a condição de um ser transformador tornando se desse modo antidialógica (FREIRE, 1987). Portanto, Freire trouxe pressupostos, experiências sociais, desigualdades sociais e o processo de exclusão das classes populares que nos trazem profundas reflexões sobre a ação, ética e política. Ambos, Freire e Morin, refletem e mobilizam diferentes questionamentos sobre a sociedade, o que se vivenciou e se vive.

As memórias da autora Carolina (2014) remetem ao seu cotidiano registrado no próprio diário, escrito em folhas soltas de papel. Seus relatos indicam vários motivos que dificultaram seguir adiante em seu processo de escolarização. Ao passo que a autora não teve alternativas a não ser trabalhar desde a infância para sobreviver e combater a fome diariamente. Segundo ela, “tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. (...) Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (JESUS, 2014, p. 12).

Por outro lado, em meio a tantas dificuldades, ela quer ver os filhos numa realidade diferente a sua, com mais oportunidade de estudar, ter uma condição de vida melhor. A consciência da importância e o impacto da inserção dos filhos no processo escolar. Freire concorda com Jesus, pois, para ele;

Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber do intelectual. Na verdade, porém, este saber tão desdenhado, “saber de experiência feito”, tem de ser o ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares. (FREIRE, 1989, p. 33).

A educação das camadas populares, direito e dever do Estado, acaba sendo uma das formas de reduzir as desigualdades sociais. A partir da escolarização outros direitos podem ser acessados. Não se trata de qualquer educação, conforme atesta acima Freire, há que se levar em conta os saberes da experiência frutos do cotidiano, do mundo social circundante.

3.1.3 Leitura e leitura de mundo - duas faces da mesma moeda

Ao mencionar a palavra leitura no primeiro momento pode se remeter às práticas centradas na decodificação. Ao passo que os Parâmetros Curriculares Nacionais nos dizem que a leitura na escola tem um papel muito importante no processo de aprendizagem e que ela está vinculada a todo o fazer do aluno (PCN, 2001). Além disso, a aprendizagem envolve as várias dimensões que compõem o sujeito. Portanto, é um processo que também vai além da decodificação. Segundo Freire, "desde muito pequeno aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal”. (FREIRE, 1989, p. 40). Freire (1989), em suas lembranças da infância com a professora Eunice, comenta que havia um elo muito grande entre eles, pois a mesma trabalhava com palavras que vinham do uso em sua realidade. Assim, contribuía com suas evidências sobre a leitura e a leitura de mundo e, a importância de estarem interligadas. No

entanto, o autor nos chama a atenção para problematizá-las sempre, pois ambos, professor e aluno são sujeitos de aprendizagem.

Além disso, a leitura para Silva (1985, p. 62) é “um instrumento de conscientização e libertação, necessária a emancipação do homem na busca incessante de sua plenitude”. Compreender elementos e dimensões subjetivas que atuam nesse processo de formação é ampliar a reflexão da realidade em que o educando está inserido e promover suas contribuições críticas de leitura do mundo (FREIRE, 1996). Assim, a autora Carolina Maria de Jesus se torna essencial para fazer essa composição do trabalho. Como nos diz Freire (1989, p. 2) “linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. Em 1958, no dia 17 de maio, Carolina escreveu: “(...) já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil?” Mais à frente, seguem as reflexões de Carolina (1958, 9 de agosto) “(...) fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade.” A realidade mostra suas faces de formas diferentes. Para Carolina era tão dura que precisava ser fantasiada.

Para Nunes (2003, p. 29) “as autobiografias, as memórias e os diários têm se constituído documentos singulares e decisivos para a reconstituição de aspectos dos processos educativos de outras épocas históricas”. Freire (1989, p. 29), diz “(...) na medida, porém, em que me fui tomando íntimo do meu mundo, em que melhor o percebia e o entendia na “leitura” que dele ia fazendo, os meus temores iam diminuindo”. Em 22 de julho de 1955 “ eu sou muito alegre. Todas as manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. De manhã eu estou sempre alegre. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço”.

Escrever eterniza sentimentos, histórias, ideias e produz conhecimentos, autoestima. Carolina de Jesus diz: “quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo.” (JESUS, 2014, p. 22). Em seu diário revela também seu aprendizado da leitura e escrita que a acompanhou por toda vida. Ao biografar-se Carolina escreveu:

“(...) Passei a tarde escrevendo. As quatro e meia o senhor Heitor ligou a luz. Dei banho nas crianças e preparei para sair. Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa

era 22,30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem.” (JESUS, 2014, p. 24).

Em meio às dificuldades na vida, Carolina reconhece “a importância do ato de ler” e a dimensão que isso pode proporcionar para ampliar a reflexão do mundo que nos rodeia. Desse modo, Freire e Carolina apontam a educação como um ato político, pois ela está interligada com a vida social e pessoal dos estudantes. Além disso, Paulo Freire aborda o papel do educador lembrando a importância de formarmos seres crítico, afinal, não podemos conformar com os meios também de uma educação que nos oprime (FREIRE, 1987). Sendo a escola uma instituição de opressão quando bancária para que o professor deposite apenas conhecimentos partindo do que ele próprio sabe, faz sentido desejar o contrário, abrir espaços para questionamentos. Nesse sentido, quando Freire (1989) nos diz sobre “a importância do ato de ler”, quer dizer que a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra e que ao ler a palavra, não podemos abrir mão de continuar lendo o mundo. Só assim as situações de opressão podem ficar evidenciadas.

3.1.4 Situações de opressão: marcas do cotidiano

Carolina representa as mulheres da classe pobre, negra como também as mulheres da literatura brasileira que foram muitas vezes julgadas pela capacidade intelectual. Carolina se lembra de que nem sempre foi aceita no campo literário: “(...) - Pois é Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar (...)”, escreveu ela em 5 de novembro de 1958 (JESUS, 2014, p. 133).

Carolina achava que para querer seguir o caminho de ser escritora, a sua escrita não está em sua forma “padrão” como grandes escritores. Ela está na sua força que traz em suas escritas e carrega sua criticidade relacionada ao seu triste cotidiano dentro da favela.

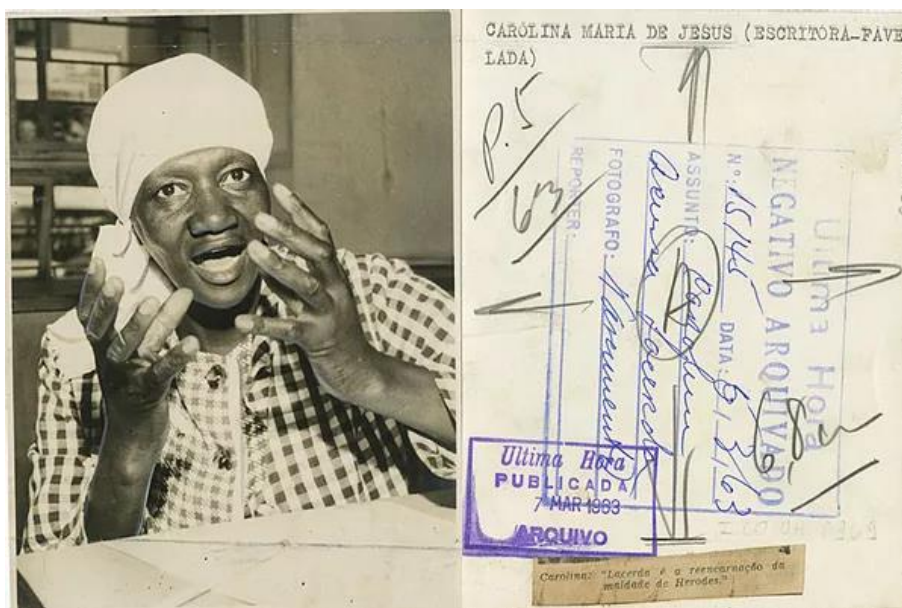
(...) A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. preta é a minha pele. preto é o lugar onde moro (JESUS, 2014, p.167).

E mesmo enfrentando esses impasses em todo esse processo, no pouco tempo que conseguiu se manter nos dois anos de escolarização, ainda assim, era questionada e conhecida

como “escritora favelada”. Isso porque, nos seus escritos se encontram condicionantes da própria vida mesclados ao seu processo de leitura e escrita.

(...) pedi um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mande-i-lhe um bilhete assim: -Dona Ida peço-te pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina (...). (JESUS, 1960, p. 31-32).

Figura 11: Registro como escritora favelada



Fonte: Arquivo Público Municipal “Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick” de Sacramento, MG.

Carolina escreveu: “(...) Há tempos que pretendia escrever meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo. (2014, p. 28). Em outra ocasião complementou: “nunca vi preta gostar tanto de livros como você” (23 de julho, p.26). Por acaso, preta ou preto não podem gostar de ler e de escrever? As discussões da história e da cultura do negro são bem retratadas como a de Conceição Evaristo (2017).

Essas mulheres negras demonstram o impacto da discriminação, o preconceito na vida social. Sobre essa questão, Carolina escreveu: “nunca feri ninguém. Tenho muito senso! Não quero ter processos. O meu registro geral é 845.936” (2014, p. 18). Práticas racistas que acontecem no dia a dia tendem a tensionar a preocupação com a documentação, a importância de saber a identificação precisa e responder quem é perante a sociedade ou a necessidade de provar a inocência sem ter cometido algo. Marcas de opressão diária no contexto da favela por

sua cor e origem que determinam as percepções do bem e mal acometidos diariamente dentro da sociedade. Sendo assim, são mulheres que têm influência no pensar a política e o cenário social brasileiro ou abridoras de portas para os que não conseguiram ou não puderam entrar.

O direito mais e mais de pessoas, sobretudo as classes pobres, de acessar esse espaço e garantir de fato o direito à educação, é um processo que merece atenção, por ser de luta constante a todos cidadãos. Freire lembra que “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserir” nela criticamente” (FREIRE, 1987, p. 22). Trazer a figura da Carolina envolve rever situações de realidade e vivências de milhões de brasileiros que lutam por moradias, trabalho, saúde e educação.

Carolina vem de uma classe pobre, conhecia as políticas públicas e representa um grupo que precisa muito mais do que as classes médias e ricas:

(...) O que aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la (...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoas que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças.” (JESUS, 2014, p. 29).

É uma constante luta fazer com que essa leitura política cotidiana seja para todos e todas. As ações nem sempre partem, representam ou fortalecem essas pessoas e grupos a lutar pela vida. A trajetória de vida da Carolina traz experiências duras, como: “(...) o pobre não repousa. Não tem privilégio de gozar descanso.” (2014, p. 12). Seus escritos fazem compreender os impactos das desigualdades entre os mais ricos e os pobres que morrem de fome todos os dias. Freire também nos chama para refletir sobre os opressores e oprimidos com a visão crítica da realidade social, política, econômica e consciente da cidadania. Carolina também denuncia em seus escritos a violência, opressão, exploração e as injustiças. Envolvidos, Freire e Jesus, em uma leitura aberta a questionamento sobre “a violência dos opressores que os faz também desumanizados, nos instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos” (FREIRE, 1987, p. 16). Portanto, ambos os autores reforçam a importância da consciência política e social e compreendem como as políticas públicas são importantes como instrumentos de luta.

Conclusões

Como mencionado anteriormente o interesse pelo tema aconteceu durante as experiências do estágio e das diversas trajetórias de vidas, entre as disciplinas da EJA e os trabalhos durante o curso de Pedagogia. Diante disto, interessou-nos a questão de pesquisa, a partir do exposto, que é pensar como aparece o significado da leitura no livro mais conhecido da escritora afro-brasileira “Quarto de Despejo” em diálogo com a Pedagogia do Oprimido e a Importância do Ato de Ler, ambas as obras de Paulo Freire.

O percurso do trabalho buscou conhecer os dados do analfabetismo no Brasil das Carolinas e teve como intuito de trazer informação da escolarização de milhões de brasileiros e brasileiras fazendo uma conexão com a política brasileira de alfabetização das classes populares, ou seja, buscou-se traçar uns percursos narrativos com o livro "Quarto de Despejo" (2014) e dentro da perspectiva da temática do trabalho.

O encontro com a importância da leitura na vida da autora Carolina Maria de Jesus e os aspectos que dialogam com as reflexões de Paulo Freire em “A importância do ato de ler” publicado em 1981, “Pedagogia do Oprimido”, escrito em 1968 foi o objetivo do trabalho. A compreensão da obra “Quarto de Despejo” de Jesus possibilitou discutir questões relativas ao contexto histórico e as contribuições para o entendimento da importância da educação, sobretudo para as classes pobres, além de trazer dados estatísticos do cenário brasileiro a respeito das dificuldades de ingresso e permanência das classes pobres no sistema de ensino. Portanto, o estudo foi qualitativo. As obras foram analisadas pela Análise do Discurso, segundo Bardin (2011) e envolveram um conjunto de práticas no sentido de poder fazer uma análise mais ampla no universo de temas que permitem. O diálogo leva a pensar sobre a educação das classes populares, oprimidas, aculturadas; o analfabetismo; a escolarização da população excluída dos direitos sociais. A análise tem em conta o contexto no qual o livro Quarto de Despejo foi escrito com relação à urbanização, às moradias e ao trabalho.

O cenário que compõe os dados estatísticos retrata o analfabetismo no Brasil e aponta alguns fatores como a falta de políticas públicas, o acesso à escola, a precariedade desses espaços, a distância no percurso até a escola, a permanência dos alunos das classes mais pobres encontradas no processo de escolarização que podem ter contribuído para que as taxas de analfabetismo fossem elevadas nos tempos de Carolina de Jesus e atualmente. Sem contar que o acesso à escola era direcionado às elites.

O trabalho permitiu analisar os principais acontecimentos sociais no Brasil a partir do século XIX, dentro do campo histórico da Educação de Jovens e Adultos e sobre as relações etnicorraciais apontando efeitos acumulados de discriminação, dificuldades, problemáticas, além disso, permitiu avaliar como as convergências desses autores nos auxiliam a pensar as desigualdades desse país e a importância de construir espaços de pertencimento. Resta ainda a população brasileira que não conseguiu e ainda luta para ocupar os espaços a que tem direito. Compreender a importância da consciência da cidadania, de pertencimento e da reflexão frente às injustiças sociais aliadas ao desenvolvimento do senso crítico-reflexivo é uma questão de conscientização sociopolítica que deveria ser acessada por todas as Carolinas do Brasil.

A pesquisa contribui no processo formativo educacional, pessoal, social, na construção do pensamento e na sistematização crítica das obras. Freire e Jesus ajudam a compreender trajetórias de vida de brasileiras e brasileiros que, assim como eu, têm suas razões de ser e de estar no mundo e têm direito de usufruir dos bens sociais como a escolarização em todos os níveis.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS. **Vida por escrito**. Guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Bertolucci, 2015. Disponível em: <https://www.vidaporescrito.com/biografia>. Acesso em 13 de set de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese, **Educação, taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educação/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em 05 de nov. de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 9 de setembro de 2020.

BRASIL. IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **PNAD Contínua**. 2016 a 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf. acesso em 10 de setembro de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília, 2000. Disponível em

[:http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf). acesso em 25 de setembro de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 5 de outubro de 1988. Disponível em [:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). acesso 10 agosto de 2020.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. acesso em 10 de agosto de 2020.

DANTAS, Audálio. Apresentação. In: Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014, p. 5-8.

DI PIERRO, Maria Clara; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. A importância do ato de ler. In: FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, Marcus Vinícius. População negra e civilização: uma análise a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar em Minas Gerais (1830-1850). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 43-72, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n2/03.pdf>. Acesso em: 10 julho. 2020.

_____. O predomínio de negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 585-599, dezembro de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022009000300012&lng=en&nrm=iso. acesso em 11 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000300012> .

FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: Eduff, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, Dec. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 nov. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 julho de 2020.

SILVA, Ezequiel T. da. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. SILVA, Petronilha B.G. e O desafio da diversidade. In: Gomes, Nilma L., SILVA, Petronilha B.G e **Experiências Étnico - culturais para a formação de professores**. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 18-35.

JARDILINO, José R. L. ARAÚJO, Regina M. B. de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos saberes e práticas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Aug. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Nov. 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. SP: Ed. Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **Para entender o negro de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria de Pesquisa e Informação, 2004.

RODRIGUES, R. C. O voto do analfabeto face às constituições republicanas do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, **Revista de informação legislativa**, v. 2, n. 8, p. 237-254, dez. 1965. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180637>

SACHS, Céline. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOARES, Magda B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

SILVA, Petronília Beatriz Gonçalves e. “Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas”: Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 45, p. 7-23, jul. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000200002&lng=pt&nrm=iso> acesso em: 16 de setembro de 2020.

NUNES, Clarice. Memória e História da educação: entre práticas e representações. In: Leal, M.C.; Pimentel, M.A.L. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO (2009). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro, Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Disponível em :<https://observatoriodefavelas.org.br/>. acesso em 04 de abril de 2020

Universidade Federal de Ouro Preto. PRACE - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Avaliação Socioeconômica**. Disponível em: < <http://www.prace.ufop.br/assistencia-estudantil/avaliacao-socioeconomica> >. Acesso em: 5 Nov. de 2019.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas - reduz leituras obrigatórias. (Disponível : em <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/01/unicamp-reduz-leituras-obrigatorias-para-vestibular-2021>)

VALENTIM, Silvani dos Santos; ASSIS, Neusa Pereira de. Juventude negra e Educação de Jovens e Adultos (EJA): Reflexões na perspectiva da teoria da resiliência. **Revista Práxis Educacional**, v.14, n.29, 2018. p. 66-87. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4099/3353> Acesso em 3 ago de 2019.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Rio de Janeiro, 2001. p. 1-34. Disponível em: <http://cpa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf> Acesso em 10 ago de 2019.